

# Arrecadação cresce 12,2% e dá fôlego à meta fiscal

Receita é a melhor para o mês desde 1995

DE BRASÍLIA

Atrás de receita extra para sustentar a meta de déficit fiscal zero neste ano, o governo anunciou ontem uma arrecadação recorde com impostos e contribuições federais em fevereiro: R\$ 186,522 bilhões, com alta real (descontada a inflação) de 12,27% ante fevereiro de 2023.

De acordo com a Receita Federal, esse foi o melhor resultado para o mês, em termos reais, desde o início da série histórica, em 1995. No acumulado dos dois pri-

meiros meses do ano, a arrecadação federal chega a R\$ 467,158 bilhões, 8,82% a mais do que no mesmo período do ano passado e em patamar também recorde.

Assim como ocorreu em janeiro, o resultado de fevereiro refletiu o pacote de medidas adotado ainda em 2023 pelo Ministério da Fazenda para tentar turbinar a arrecadação, como a mudança da taxa sobre os fundos exclusivos - rubrica que, sozinha, gerou R\$ 4 bilhões em receitas extras



Haddad subiu receita com taxação dos fundos da alta renda, volta da tributação do diesel e emprego formal

no mês passado.

Também contribuíram para o resultado a retomada da tributação regular sobre o preço do diesel e o aumento de receitas previdenciárias, com o crescimento da massa salarial.

A divulgação ocorreu na véspera do Ministério do Planejamento divulgar o

primeiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas - previsto para hoje. As indicações são de que o aumento da arrecadação e a revisão de gastos com benefícios previdenciários devem afastar o risco de um bloqueio significativo nas despesas de custeio e investimentos do Gover-

no Federal.

Esse cenário dá um fôlego à meta de déficit zero do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vista com ceticismo pelo mercado e condenada pela ala política do governo, que quer mais espaço para gastos.

O bom desempenho da receita, se mantido, pode per-

mitir a abertura de crédito suplementar para gastos, como prevê o arcabouço.

## BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, diz que a equipe econômica só lançará mão desse crédito extra se ele não prejudicar o cumprimento da meta. Ele afirma ainda que a abertura poderá ser parcial e consumida em parte por despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários.

Pela regra do arcabouço, regra que limita o gasto público ao aumento de receitas, o governo poderá abrir um crédito extra em maio caso as estimativas de arrecadação sejam maiores. Esse montante vem é estimado em R\$ 15 bilhões.

"Não é só analisar se a receita preenche o pré-requisito, e, sim, se ela está performando a ponto de uma abertura parcial ou integral - e se esse espaço não vai prejudicar o cumprimento da meta. Se não tiver espaço primário para poder fazer essa execução, ela é inócuca", disse Ceron. (Estadão Conteúdo)